
Fernanda Sposito

Doutoranda em História pela
Universidade de São Paulo e
Professora na Faculdade de Tecno-
logia de São Paulo (FATEC-SP)
e-mail: sposito@fatecsp.br

TREECE, David.

Exilados, aliados e rebeldes. O movimento indianista, a política indigenista e o Estado-nação imperial.

São Paulo: Nankin/Edusp, 2008. 352p.

O grande mérito deste livro sobre a produção literária indianista é sua proposta analítica. Seu método consiste em inscrever a literatura não como um fim em si mesmo, mas relacionar a produção desta arte com os papéis sociais e as disputas políticas de seu meio, bem como a efetiva situação dos índios nos períodos analisados. Assim, a conjugação entre o discurso ideológico e realidade histórica é um instrumento metodológico extremamente fecundo, rendendo a esta obra um caráter de referência e inovação em relação ao tema do indianismo. No entanto, essa análise interdisciplinar buscada pelo autor, entrelaçando literatura, política, antropologia e história, é justamente o ponto onde maiores equívocos podem ser cometidos, já que discorrer sobre diversas áreas do conhecimento com a mesma desenvoltura é uma tarefa bastante complicada.

Enquanto o autor tem relevantes estudos na área da literatura e da cultura brasileiras, sendo diretor do Centro para o Estudo da Sociedade e Cultura Brasileiras, do King's College London, suas análises no campo da história e da política apresentam algumas imprecisões. David Treece tem feito ao longo de duas décadas inúmeras pesquisas, materializadas em artigos, livros e orientações a respeito de diversas produções artísticas brasileiras, desde a música à literatura, abordando ainda a questão indígena e a presença africana no Brasil, além de ter traduzido para o inglês livros de Guimarães Rosa e Caio Fernando Abreu. Tudo isso o credencia com um especialista na arte brasileira e sua matriz teórica no campo do estudo literário no Brasil filia-se a grandes intelectuais, como Roberto Schwarz, Walnice Nogueira Galvão e Antonio Candido. A este mestre, inclusive, Treece vincula seu método de análise do texto literário, questionando a existência de uma dicotomia entre o social e o estético, optando por não contrapor as dimensões "internas" e "externas" do texto, o que evita ver a arte apenas como um documento de sua realidade social (p. 17).

Nesse sentido, a interpretação de Treece a respeito dos textos indianistas parece irretocável, uma vez que dispõe dos instrumentais analíticos da crítica literária, superando o entendimento do texto para além de sua forma e conteúdo, relacionando-o com o papel social dos autores, os projetos políticos que advogam em suas épocas e a própria situação dos índios ao longo dos períodos abordados em seu estudo. Além disso, recupera textos raros e marginais que, se não figuraram nos grandes cânones literários do século XIX, não deixam de ter sua importância artística e política, como alguns poemas "amazônicos" [Henrique João Wilkers, em *A muhraidá* (1787), Francisco Gomes de Amorim, em *Os selvagens* (1875)] e a sátira pornográfica do clássico *O canto do guerreiro* de Gonçalves Dias, feita por Bernardo Guimarães em *O elixir do pajé* (1875).

A abrangência de fontes trabalhadas por Treece não se esgota na literatura, mas avança para alguns documentos de caráter político, como leis e mesmo projetos que não vigoraram a respeito dos índios, discursos de políticos, artistas e intelectuais, além de posicionamentos tomados pelos autores com relação a outros temas, que elucidam suas obras. Isso demonstra um trabalho minucioso de abordagem de seu objeto, numa

investigação de grande fôlego, que rompe a arena exclusivamente literária da análise. Mas, como referido acima, é justamente neste passo arriscado que o autor comete equívocos.

Para poder se aproximar destes problemas, convém conhecer melhor a obra e sua idéia principal. Seu ponto de partida é que a temática indígena na produção literária do Brasil é uma constante que remonta ao final do século XVIII e repercute como uma herança marcante, da qual cabia livrar-se (Monteiro Lobato e Lima Barreto) ou se re-apropriar (Oswald de Andrade e Mário de Andrade) no início do XX. O autor procura circunscrever como as obras literárias refletiam as demandas de seu tempo, que buscavam tanto projetar nos índios coloniais características da sociedade que se construía como brasileira, quanto procuravam definir o papel que estas populações deveriam representar na nação em construção.

Sua argumentação procura percorrer este caminho de mais de um século e a distribuição dos quatro capítulos do livro serve a este recorte cronológico, que o autor corretamente atrela a um sentido temático. Assim, no capítulo 1 ("A queda dos jesuítas e a crise do projeto colonial"), Treece faz uma síntese de algumas obras de cronistas – missionários, funcionários régios, particulares – que descreveram as populações indígenas. Obviamente que não se trata de material indianista, mas sua importância neste estudo consiste em salientar que essas descrições coloniais serão fonte de pesquisa etnográfica dos autores indianistas, em sua busca do "mito de origem" da nação brasileira no século XIX. Ao mesmo tempo, neste capítulo aparece o fim do modelo jesuíta de catequese indígena e da política de guerra justa, dentro das reformas do Marquês de Pombal, que o autor chama de "Leis de Emancipação" ou "Leis de Liberdade". Neste momento de crítica ao modelo colonial, ele inscreve três autores que refletiam sobre a política pombalina ou sobre o modelo jesuítico. São eles Basílio da Gama, Santa Rita Durão e Henrique João Wilkers, que publicados no final do XVIII, serão reeditados, com exceção do último, durante o processo de construção da nação brasileira, ao longo das primeiras décadas do século seguinte.

É justamente a temática da construção da identidade e do Estado brasileiros que abre o segundo capítulo ("Exilados do Império: a tragédia do colonialismo e a utopia indianista romântica"). São vistos aqui desde os projetos indigenistas que não foram adotados, como o de José Bonifácio de Andrada e Silva, até as produções literárias que, a partir da década de 1830, irão retomar alguns personagens indígenas da colonização ou retratados pelos poetas setecentistas mencionados no primeiro capítulo. Treece remete à fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, influenciado por seu congênere francês, que contou com a adesão de Jean Baptiste Debret e Ferdinand Denis, conhecidos nestas paragens e que também compuseram textos ou pinturas sobre os índios do Brasil. A grande tese do autor a respeito deste período é que, se os índios são excluídos do corpo político do Império, devido à ausência de legislação ao seu respeito, sua presença dentro do território nacional traria dilemas aos poetas e escritores românticos. Estes, ao buscarem um mito de origem do Brasil, trazendo para o centro da arena as populações indígenas, tinham que se deparar também com as práticas coloniais e a política excludente e de extermínio dos índios no presente. Segundo ele, autores como Martins Pena, Teixeira e Souza e principalmente o destaque do período, Gonçalves Dias, apresentavam o saldo de uma história de massacre, do índio morto no passado colonial. Eram estes próprios autores, homens originários dos estratos

sociais médios, mostrando através de sua produção artística a discordância em relação ao regime imperial, denunciando a exclusão de grande parte da população – escravos, índios, mestiços, pobres – do corpo da nação.

Acompanhando a evolução do movimento indianista, bem como as próprias transformações políticas e sociais do Império, o livro encaminha-se para o terceiro capítulo ("Escravos e aliados: a mitologia conservadora da integração"). Neste momento, marcado pelo governo da Conciliação do Marquês do Paraná (1853-1857) e aparente apaziguamento de tensões evidenciadas durante o período regencial, o Império já havia aprovado várias políticas que até aquele momento aguardavam definições, como sobre o tráfico negreiro, a política indigenista, a questão das terras e a imigração. Assim, fora sancionado o Regulamento das Missões em 1845, que pretendia incorporar o índio ao Brasil, alijando-o de suas terras e de sua identidade étnica. A visão de Francisco de Adolfo Varnhagen, ao propor o extermínio indígena, motivou debates apaixonados na década de 1850 entre ele e os autores indianistas, representados pelo IHGB e apoiados pelo imperador Pedro II. De qualquer forma, o movimento deste período mostrava que a submissão dos índios no período colonial, via escravização, extermínio ou catequese, era o fundamento da nação brasileira. Assim, a figura mais expressiva deste momento, José de Alencar, que trouxe pela primeira vez o romance como forma de expressão indianista, antes contada em poesia, foi o expoente de um projeto conservador de Estado, em que a escravidão africana e o extermínio das populações indígenas eram o caminho necessário para o nascimento e a manutenção do Brasil.

Finalmente, no quarto capítulo ("O selvagem contra-ataca"), apresentado como uma reviravolta deste modelo, as críticas às idealizações românticas com relação aos índios foram publicizadas, num momento em que novos projetos políticos colocariam em xeque a própria legitimidade do Império. Assim, Couto de Magalhães e Capistrano de Abreu, não como escritores literários, mas como intelectuais que pensavam a participação indígena como um fator a ser considerado na construção nacional e dentro da própria história colonial, evidenciaram também o papel do mestiço e do regionalismo. Por outro lado, as teorias raciais, propugnadas aqui por Tobias Barreto e Silvio Romero, repudiavam a presença dos povos não europeus e foi uma vertente forte no meio intelectual deste final de século. Por fim, a ironia de Bernardo Guimarães, apresentando o índio como o rebelde irreconciliável, que responde de maneira hostil às agressões contra ele praticadas, deu o tom da derrocada do indianismo na década de 1870.

Como é possível perceber, este livro contém uma análise bem abrangente e reveladora. No entanto, os problemas que podem ser colocados a respeito de sua abordagem referem às análises políticas que faz dos períodos em tela e à periodização do indianismo.

Sobre as análises políticas, Treece deixou de debater com alguns autores importantes no tema da formação do Estado e da nação brasileiros e, dentro deste tópico, especialmente sobre a política imperial. As análises consagradas de José Murilo de Carvalho, Emília Viotti da Costa e José Honório Rodrigues, elaboradas na década de 1970, são um ponto de partida para se pensar o século XIX, porém estudos mais recortados e recentes têm lançado novas interpretações a respeito das disputas políticas e dos partidos, bem como das dinâmicas e conflitos presentes na formação do Estado imperial. Ainda que seu livro original, publicado na Inglaterra em 2000, não tenha tido tempo de incorporar as produções mais recentes,

os livros já consagrados de Ilmar Rohloff Mattos, Isabel Marzon, Maria de Lurdes Mônico Janotti, produzidos na década de 1990, não poderiam deixar de ser referência. Já na discussão sobre o período pombalino, o autor poderia ter abandonado seus juízos de valor. Isso talvez fosse evitado se Treece incorporasse textos-chave sobre o tema, como por exemplo, Kenneth Maxwell, Francisco Falcon, Ana Cristina Araújo. Ao mesmo tempo, sobre o próprio período colonial há algumas lacunas, pois quando Treece opta por mostrar os avanços pombalinos, desqualifica o papel da Igreja e da catequese como constituinte da própria colonização, o que talvez merecesse outra apropriação de autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Luiz Felipe de Alencastro.

Os problemas listados acima aparecem, por exemplo, nas seguintes colocações:

- Idealização do papel de Pombal com o Diretório dos Índios, qualificando-o como "protocapitalista", as diretorias como "estatais", e atribuindo ao sistema de trabalho assalariado a "proletarização dos índios" (p. 70). Ao mesmo tempo atribui às missões jesuíticas um "regime totalitário", que representa o "atraso feudal" do regime português, defendendo que a luta entre o Estado e a Igreja arrastou-se por séculos em Portugal e, quando superada (na época pombalina), representou a vitória do capitalismo moderno (p. 74).
- Na discussão da política indigenista propriamente dita, apresenta o pensamento de Bonifácio como uma alternativa "liberal" de assimilação. Com isso, deixa de notar que seu projeto, apresentado às Cortes de Lisboa em 1821, e depois à Assembléia Constituinte do Brasil em 1823, propunha também a realização de "bandeiras" para "atrair" os indígenas hostis. Sobre este tema, cabe dizer que o projeto de Bonifácio não foi barrado na Assembléia, mas foi até encaminhado para a discussão, e a ausência dos povos indígenas no corpo da lei deve-se à falta de acordo sobre vários temas entre os parlamentares, como a escravidão africana, o que pode ser acompanhado nos Anais da Constituinte.
- O decreto que acabou com as guerras justas contra os índios em 1831 não foi um projeto de Estado, uma "lei de liberdade dos índios", dando aos índios o estatuto de órfãos. Ele foi uma medida pontual, atendendo a uma reivindicação da província de São Paulo, mas que não trouxe um novo papel para o índio na nação, o que pode ser visto dos Anais do Senado do Império de 1831. A colocação dos índios sob a condição de órfãos é posta pela carta régia de 1798, que extingue as Diretorias dos Índios e é reafirmado pela medida imperial de 1831. (p. 117)
- A idéia de que Gonçalves Dias representava uma figura contestadora da ordem imperial, por ser um mestiço e vir de uma condição social excludente, embora possa ser uma interpretação pertinente, apresenta algumas incongruências por transpor um modelo de liberalismo inglês para a sociedade brasileira. Para Treece, "(...) a classe não proprietária de artesãos, comerciantes e funcionários públicos brancos e mulatos que, nos países industriais da Europa, constituíam uma pequena burguesia emergente, permaneciam uma força impotente e marginal no regime escravocrata arcaico do Brasil Imperial. Dessa camada da

sociedade se cristalizou o movimento reformista liberal que, embora eficazmente silenciada com a maioria de Dom Pedro II, aliou-se aos pobres urbanos e rurais do país em uma onda potencialmente revolucionária de agitação." (p. 162)

Para encerrar, uma última questão de método a respeito de um ponto bastante caro aos historiadores: a periodização. Treece enxerga no indianismo uma longa duração, de mais de 100 anos, já que vê uma literatura indianista nos poetas do final do século XVIII, que criticaram ou apoiaram as reformas pombalinas. O autor segue numa linha do tempo até chegar aos grandes autores românticos das décadas de 1840 a 60, como José de Alencar e Gonçalves Dias, e termina no final do século XIX, em que alguns poetas ainda expressavam a temática indianista, de certo que com um tom mais crítico que os autores da geração precedente. Justamente o mérito deste livro foi mostrar as especificidades de cada período. Com isso, vê-se que se tratam de momentos diferentes e que a temática indianista por essência, em busca do mito fundador da nação, que mantêm uma coesão de propósitos, ainda que com formas e conteúdos particularizados, está localizada nas primeiras décadas do 2º Reinado. Por isso, levanto a hipótese se o indianismo, conforme essas características, não poderia ser encontrado somente neste período, onde se situa a maior produção literária, conforme os motivos elencados pelo autor no seu livro. Nesse sentido, os "furos" na linha do tempo demonstram que esta tentativa de ver o indianismo como uma continuidade, que se expressa em vários momentos e movimentos históricos, talvez não se sustente. Seriam, portanto, diferentes formas de produção literária com a temática indígena, e isso não nos autoriza, necessariamente, colocá-las dentro do mesmo pacote dos citados autores clássicos das décadas de 1840 a 60.

Como um aparte para um assunto que pode parecer menor, dado que não se relaciona com o autor, mas sim com a edição brasileira de sua obra, é necessário um comentário sobre a revisão descuidada do texto em português. Isso se configura como um acinte ao leitor por parte das editoras (Edusp e Nankin), depondo contra a qualidade da obra, ao bom acabamento estético do livro e até mesmo seu preço (em torno de R\$50,00). Os problemas aparecem em mais de 30 erros de digitação ou concordância, que atrapalham a leitura da tradução, bem escrita e fluente. Além disso, ocorrem alguns deslizes também na tradução: maioria de D. Pedro II como "maioria" (p. 28 e 29); proprietários de terra como "classe terrate-nente" (p. 26 e 31); "oitocentista" para o século XVIII (p. 137); "novecentista" para o XIX (p. 149). Por fim, a adoção de termos pouco usuais no português, como "sanitizar" (p. 93 e 297) ou "vindicação" (p. 156).